

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO Estado de Mato Grosso do Sul RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS N.º 044/2018

PROCESSO Nº088/2018

PREÂMBULO

O Município de Santa Rita do Pardo/MS, através da Pregoeira e sua equipe de apoio nomeados pelo Decreto nº 005/2017 de 04 de Janeiro de 2017 alterado pelo Decreto nº 069/2018 de 04 de Junho de 2018, com a devida autorização do Sr. Prefeito, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM E DUPLAGEM DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO. Conforme descrito neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei n.º 10.520/02, Decreto Municipal n.º 052/2014 (Registro de Preços), e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/93, e suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº 119/2009, de 08 de dezembro de 2009, pelas normas contidas no presente Edital e pela Lei Complementar Federal n.º 123/06 e Lei 147 de 07 de Agosto de 2014.

Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues a pregoeira, na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura de Santa Rita do Pardo/MS, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 910, Centro, no dia 03 de Julho de 2018 às 09:00 horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul), quando se realizará a sessão pública de abertura. Uma vez declarado pela Pregoeira o encerramento do prazo para a entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido.

Os interessados deverão apresentar no início da sessão os seguintes documentos, os quais deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante:

- a) Credenciamento;
- b) Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- c) Envelope proposta de preços;
- d) Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;



- e) Envelope com documentos de habilitação.
- 1 DO OBJETO
- 1.1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de recauchutagem e duplagem de pneus para atender as necessidades do Município. Conforme Termo de Referência Anexo II, deste Edital.
- 1.2 As quantidades constantes no Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à prestação de serviços em sua totalidade.
- 1.3 As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Pregão Presencial e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e de seu integral cumprimento.
- 1.4 A ATA de REGISTRO DE PREÇOS, cuja Minuta consta do presente Edital, em seu Anexo VII, a ser firmada entre a Prefeitura de Santa Rita do Pardo e o(s) vencedor(es) do certame, terá validade a contar da data da assinatura da mesma até 12 meses.
- 2 LOCAL, DATA E HORARIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES
- 2.1 A abertura desta licitação ocorrerá no dia 03 de Julho de 2018, às 09:00 horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul), na Sala de reuniões de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 Propostas e n.º 02 Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como o Credenciamento e as declarações supracitadas.
- 2.2 As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documentos próprios, junto a Pregoeira a partir das 09:00 horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul), do dia especificado no item anterior.
- 2.3 Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 2.4 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.
- 2.5 Não será admitida a participação de:
- a) Empresas em consórcio;
- b) Empresas sob processo de recuperação judicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução, liquidação ou intervenção;
- c) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação;
- e) Daqueles que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- f) De empresas impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/02;
- 2.6 A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.
- 2.7 A empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar proposta para o objeto que compõe o Anexo I, não sendo admitida proposta parcial.
- 2.8 Não será admitido o encaminhamento de proposta via fac-símile, por meio eletrônico ou similar ou via postal.
- 2.9 Após o recebimento dos envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificações de preços ou condições.
- 2.10 O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Aos interessados em participar das reuniões de abertura dos envelopes, representando os proponentes, será exigido o seu credenciamento, mediante a



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

apresentação de autorização por escrito, contendo o nome completo, o número do documento de identificação do credenciado e deste pregão, com a declaração do(s) representante(s) legal(is) da proponente, devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório, outorgando amplos poderes de decisão ao representante, para praticar todos os atos pertinentes ao pregão e, expressamente, para formular lances e ofertas, em nome do proponente, durante todo o processamento do certame.

- 3.1.1 Os representantes e prepostos deverão apresentar, nesta oportunidade, (cópia autenticada, ou cópia simples acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio), do contrato social e suas alterações e, no caso de sociedade por ações, o estatuto social e a ata de reunião de posse da diretoria, para que seja comprovada a legitimidade da representação.
- 3.1.2 Os documentos deverão ser exibidos pelos portadores antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidas e juntadas aos autos. Todos deverão apresentar documento hábil de identificação pessoal, para validar o credenciamento.
- 3.2 Deverão apresentar junto aos documentos de credenciamento citados no item anterior a Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação Anexo III.
- 3.3 O documento citado poderá, a critério do(s) representante(s) legal(is) da proponente, ser substituído por Certidão de Procuração Pública.
- 3.4 Caso o participante seja titular da empresa proponente, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.
- 3.5 A não apresentação ou incorreção, do documento de credenciamento, não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar ou responder pela proponente, nas respectivas sessões, não podendo, pois, ofertar lances e impugnar quaisquer atos do certame, cabendo tão somente, ao não credenciado, o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- 3.6 Uma mesma pessoa física NÃO poderá representar mais de um licitante.
- 3.7 No caso da empresa se enquadrar nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá preencher e encartar ao credenciamento a declaração constante no Anexo VI.
- 4 DA PROPOSTA DE PREÇO



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

4.1 - A Proposta de Preços deverá ser datilografa ou impressa eletronicamente em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras, ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal as indicações:

PREFEITURA DE SANTA RITA DO PARDO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2018 ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

- 4.1.1 Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 4.2 Na Proposta de Preços deverá constar:
- 4.2.1 Prazo expresso de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 4.2.2 Preço unitário e total em moeda corrente nacional e preferencial, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei n.º 8.666/93, sendo os valores relativos a cada item (unitário e total), inclusive o valor total da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as condições deste Edital;
- 4.2.3 Os equipamentos e os produtos utilizados na execução de contrato deverão obedecer as normas brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes e as demais normas previstas na legislação vigente;
- 4.2.4 Descrição, de forma clara e completa dos serviços/produtos, de acordo com o Modelo de Proposta Anexo IV e Termo de Referência Anexo II do edital, objeto desta licitação e seus elementos, com o qual a empresa pretende participar, em conformidade com as especificações deste Edital, serão considerados nas propostas com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas.
- 4.3 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 4.4 A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 4.5 Não serão aceitas as propostas cujos valores sejam superiores aos constantes no Termo de Referência Anexo II, aos praticados pelo mercado ou ofertas não previstas neste Edital, bem como preços ou vantagens baseados nas ofertas dos demais proponentes.
- 4.6 Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que indicam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta da proponente.
- 4.7 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

5 - DA HABILITAÇÃO

- 5.1 Para habilitação a empresa vencedora deverá apresentar, no envelope n.º 02 Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 01 (uma) via e em cópias autenticadas em cartório, (ou cópia simples acompanhada dos originais para conferência pelo Pregoeiro).
- 5.1.1 Não serão aceitos protocolos, documentos com prazo de validade vencido, salvo àqueles que se enquadrarem na Lei Complementar n.º 123. Quando forem apresentados documentos sem autenticação a empresa deverá apresentar cópia simples acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio.
- 5.1.2 Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurá-los a qualquer momento antes do início da sessão e abertura da licitação, ou mesmo no momento da sessãoo Pregoeiro poderá proceder à autenticação dos mesmos.
- 5.1.3 Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.
- 5.1.3.1 O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação do proponente.
- 5.1.4 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

PREFEITURA DE SANTA RITA DO PARDO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2018



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

Os proponentes deverão apresentar:

- 5.2 Documentos relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- 5.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Obs.: A apresentação do documento acima descrito na fase de Credenciamento, desobriga a empresa a apresentá-lo novamente no Envelope 02 Documentos de Habilitação.
- 5.2.4 Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:
- 5.2.4.1 Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 5.2.4.2 Que não está impedida de transacionar com a Prefeitura de Santa Rita do Pardo;
- 5.2.4.3 Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada pela Lei Federal n.º 8.883/94.
- 5.2.5 Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;
- 5.2.6 Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos;
- 5.2.7 O ramo de atividade da empresa deverá ser compatível com o objeto licitado.
- 5.2.9 As declarações mencionadas nos itens 5.2.4 à 5.2.6, inclusive as constantes nos Anexos III e V, quando não constarem entre os documentos



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

exigidos, poderão ser elaboradas de próprio punho pelos representantes legais das empresas durante a sessão, desde que estejam devidamente credenciados pelas mesmas.

- 5.3 Documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:
- 5.3.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 5.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, como segue:
- 5.3.2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- 5.3.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação da certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Secretaria do Estado da Fazenda do domicílio ou sede da licitante;
- 5.3.2.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), relativa(s) aos tributos mobiliários, expedida(s) pela Secretaria Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- 5.3.3 Prova de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- 5.3.4 Prova de Regularidade para com o Instituto Nacional de Seguridade Social INSS.Certidão emitida com base na Portaria Conjunta RSB/PGVN Nº 1751 de 02/10/2014;
- 5.3.5 Prova de regularidade relativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento à Lei n.º 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST n.º 1.470/2011, emitida por meio eletrônico pelo Tribunal Superior do Trabalho (http://www.tst.jus.br/certidao);



- 5.3.6 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentado na forma na Lei, no caso de sociedades por ações, a cópia do balanço deve ser acompanhada de comprovação de registro na Junta Comercial; nos demais casos, a cópia do balanço deve ser acompanhada de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário registrado na Junta Comercial; em qualquer caso, o balanço deve conter assinatura do representante legal da empresa e de profissional habilitado no CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a.1) As empresas constituídas a menos de 01 (um) ano, deverão comprovar tal situação mediante apresentação do Balanço de Abertura ou Declaração do Contador;
- a.2) As microempresas e as empresas optantes pelo sistema lucro presumido, deverão apresentar Declaração do Contador, acompanhada da cópia do Imposto de Renda, do último exercício social.
- 5.3.7 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 5.3.8 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Artigo 43 da Lei Complementar n.º 123).
- 5.3.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Artigo 43, §1º da Lei Complementar n.º 123).
- 5.3.10 Em não havendo regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.3.9 do presente edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata ou revogar a licitação (Artigo 43, § 2º da Lei Complementar n.º 123).
- 5.4 Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

desclassificada, podendo a ela ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora do certame.

- 5.5 A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após a examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.
- 5.6 Os documentos devem estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes. Se esta validade não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da expedição.
- 5.7 Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste edital.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

- 6.1 Aberta a Sessão, os interessados ou seus representantes legais, entregarão ao pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes n.º 01 e n.º 02 e apresentarão, em separado, declaração dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação Anexo III.
- 6.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.
- 6.3 Serão abertos, pelo pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3.1 Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o pregoeiro proceder à correção no valor global.
- 6.4 No curso da sessão, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores crescentes não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.
- 6.5 Não havendo, pelo menos, 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o pregoeiro classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subsequentes, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.



- 6.6 Para oferta de lances, o pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor.
- 6.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento da proposta escrita.
- 6.8 O Encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os proponentes manifestaram seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 6.9 Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 6.10 Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, será igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.
- 6.11 Caso não se realizem lances verbais, o pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.
- 6.12 Após a etapa anterior, o pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 5 deste Edital.
- 6.13 Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda os requisitos do Edital.
- 6.14 Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.
- 6.15 Caso o licitante não apresente ou não atenda a contento as especificações, a mesma será desclassificada, sendo convocadas as sucessivas licitantes classificadas para demonstração.
- 6.16 Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.17 Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei n.º 8.666/93, prazo para a apresentação de



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo pregoeiro.

- 6.18 Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.
- 6.18.1 Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Licitações e Contratos, endereçados ao pregoeiro, em 2 (duas) vias, sendo dado recibo em uma delas.
- 6.18.2 Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.
- 6.19 Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto ou decididos os porventura interposto, o Setor de Licitações remeterá o processo a autoridade competente, para homologação e adjudicação do objeto.
- 6.20 Nessa sessão, o pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo as regras e condições fixadas neste Edital.
- 6.21 A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na DECADÊNCIA do direito e na continuidade do certame pelo pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.
- 6.22 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e por todos os proponentes presentes.
- 6.23 O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação e das declarações apresentadas, devendo os licitantes atenderem as solicitações no prazo por ele estipulado, contando do recebimento da convocação.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 7.1 Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com especificação constante do Anexo I, desde que atendidas as especificações constantes neste Edital.
- 7.2 O objeto deste pregão será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora.



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 7.3 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, OBRIGATORIAMENTE, por SORTEIO, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93.
- 7.4 O pregoeiro desclassificará as propostas cujos preços estejam superiores aos previstos no Termo de Referência Anexo II ou superiores aos praticados no mercado.
- 7.5 Havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalos iguais ou inferiores a 5% (cinco por cento) da licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.6 Não sendo exercido o direito de preferência na mesma seção ou a não apresentação de proposta inferior, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta mais bem classificada ou revogação do certame.

8 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 8.1 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidades, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização do pregão, no Serviço de Protocolo do Setor de Licitações, situado no endereço mencionado no preâmbulo, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (67) 3591-1123.
- 8.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de realização do pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
- 8.3 A impugnação tempestivamente interposta pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA

9.1 - Após declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto a interposição de recurso, o pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido a autoridade competente.



- 9.2 A adjudicação do licitante vencedor será realizada pelo pregoeiro, ao final da sessão do pregão, sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso. Se houver redução no valor da proposta escrita inicialmente apresentada, o licitante vencedor será solicitado a apresentar nova proposta escrita referente ao valor fechado, inclusive com a adequação da respectiva planilha de custo, este compromisso, inclusive com determinação de prazo e local para encaminhamento do envelope, será registrado em ata do pregão.
- 9.3 No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.
- 9.4 A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata, quando houver, dentro do prazo de no máximo, 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.
- 9.5 A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a sessão pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 9.6 Decorrido o prazo do item 9.4, dentro do prazo de validade da proposta e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:
- 9.6.1 Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;
- 9.6.2 Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- 9.6.3 A multa de que trata o item 9.6.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO PRAZO



- 10.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional e convocado(s) a assinar a Ata de Registros de Preços (Anexo VII), dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pelo Setor de Contratos da Prefeitura de Santa Rita do Pardo.
- 10.2 A ATA de REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 meses a contar da data da sua assinatura.
- 10.3 Farão parte integrante da Ata as condições previstas no Edital e seus anexos e na proposta apresentada pelo Detentor da Ata.
- 11 DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 11.1 O Município de Santa Rita do Pardo será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, através da Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais e Gerência de Produção e Desenvolvimento Rural do município.
- 11.2 A convocação dos fornecedores, pelo município de Santa Rita do Pardo, através do Departamento de Compras será formalizada e conterá o endereço e prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a respectiva ordem de serviço.
- 11.3 O Fornecedor, convocado na forma do subitem anterior, que não comparecer, não retirar a ordem de serviço no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital.
- 11.4 Quando comprovada uma dessas hipóteses, o município de Santa Rita do Pardo poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades.
- 12 DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
- 12.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e passíveis de recomposição e reajuste, desde que comprovadaa ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65, bem como no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, respectivamente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 12.2 Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do registro de preços poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de Santa Rita do Pardo, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores



- e posteriores à variação alegada à prestação dos serviços, matérias primas, componentes ou de outros documentos.
- 12.3 Mesmo comprovada a ocorrência das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65, bem como o § 8º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 12.4 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pelo município de Santa Rita do Pardo para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município.
- 13 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR
- 13.1 O fornecedor terá o seu registro de preços CANCELADO na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Pela Administração, quando:
- I O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- II Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- III Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- IV Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as Ordens de Serviço decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- b) Pelo fornecedor, quando:
- I Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
- II O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõe o custo do objeto;
- 13.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município de Santa Rita do Pardo fará o devido apostilamento na Ata de registro de Preços e informará aos fornecedores a nova ordem de registro.
- 14 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 14.1 Os serviços serão executados de forma parcelada e mediante solicitação dasGerências, devendo iniciar-se no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da Ordem de Serviços.
- 14.2 O Objeto da presente licitação será recebido:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos.
- c) serão rejeitados no recebimento, os serviços fornecidos com especificações diferentes das constantes no Anexo I, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item abaixo.
- 14.3 Caso o(s) serviços sejam considerados INSATISFATÓRIOS, será lavrado termo de recusa, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) Na hipótese de substituição, a empresa Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Prefeitura, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

15 - DAS PENALIDADES

- 15.1 Os casos de inexecução do objeto deste Edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, bem como, nos arts. 86 e 87 da lei n.º 8.666/93, das quais destacam-se:
- a) Advertência;



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

b) Multa;

- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
- 15.2 Os licitantes sujeitar-se-ão, à imposição de multa correspondente a até 2% (dois por cento) do valor da proposta se, por ato ou omissão de seu representante, provocar tumulto na sessão de pregão ou retardar o procedimento licitatório, ou ainda, desistir do lance ofertado.
- 15.3 Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- 15.4 Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da Contratante em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, sendo que após essa data começarão a correr juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualizações monetárias.
- 15.5 Caso não seja recolhida no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.
- 15.6 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizarse-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.
- 15.7 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- 15.8 O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Gerente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e pedidos de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



- 15.9 A inexecução total ou parcial da Ata ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.
- 16 DAS OBRIGAÇÕES
- 16.1 Da Prefeitura:
- 16.1.1 Fiscalizar os serviços/receber os equipamentos conforme especificado no Edital do Pregão Presencial n.º 44/2018;
- 16.1.2 Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;
- 16.1.3 Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 16.1.4 Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Ata;
- 16.1.5 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 16.1.6 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;
- 16.1.7 Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção;
- 16.1.8 Informar a contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.
- 16.2 Da Empresa Vencedora:
- 16.2.1 Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 16.2.2 Pelo não cumprimento deste item, o bem será tido como não entregue, aplicando-se as sanções adiante estipuladas para o caso de inadimplemento;
- 16.2.3 Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer bem que apresente defeito de fabricação ou por manuseio inadequado no transporte;
- 16.2.4 Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os serviços/equipamentos não atenderem as condições do edital;
- 16.2.5 Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços, e se for o caso a substituição dos equipamentos;

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 16.2.6 Retirar a Ordem de Serviço e assinar a Ata nos prazos estipulados no edital;
- 16.2.7 Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- 16.2.8 Manter, durante a execução da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- 16.2.9 Comunicar à Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na prestação dos serviços objetivados na presente licitação;
- 16.2.10 Responder por danos materiais e físicos, causados por seus empregados, diretamente à Prefeitura de Santa Rita do Pardo ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 16.2.11 Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

17 - DO PAGAMENTO

- 17.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data de emissão da Nota Fiscal.
- 17.1.1 As despesas decorrentes com a futura e eventual contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias.
- 1 PREFEITURA DE SANTA RITA DO PARDO
- 02 PODER EXECUTIVO
- 02.12 GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ESTRADAS VICINAIS 15.452.0017-2.035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GERÊNCIA DE DESENV. URBANO E ESTR. VICINAIS
- 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
- 1 PREFEITURA DE SANTA RITA DO PARDO
- 02 PODER EXECUTIVO
- 02.09 GERENCIA DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL 20.606.0021-2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL
- 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 17.2 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento da Ata estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.
- 17.3 As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
- 17.3.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS, CND da Dívida Ativa da União, conjunta com o INSS e CNDT.
- 17.4 Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 17.5 O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 17.6 A contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e número da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência da Secretaria Municipal de Finanças.
- 17.7 O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente.
- 17.8 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.
- 18.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 18.3 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes dos proponentes.
- 18.4 Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- 18.5 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Santa Rita do Pardo pelo telefone (67) 3591-1123, no horário das 07:00 às 13:00 horas (horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul).
- 18.6 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.7 No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:
- a) adiada a sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.
- 18.8 Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pelo Setor de Licitação, obedecida a legislação vigente.
- 18.9 Serão consideradas desclassificadas as propostas que foram incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.
- 18.10 Não será permitido o uso de celular durante a sessão deste Pregão, salvo com permissão do Pregoeiro.
- 18.11 Cópias desse processo licitatório, somente serão fornecidas, aos licitantes ou demais interessados, mediante solicitação por escrito e através de representante exclusivo pessoalmente para esse fim, bem como o pagamento dos emolumentos devidos.
- 18.12 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o foro da Comarca de Bataguassu/MS, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 18.13 A simples participação na presente licitação, caracterizada pela apresentação de envelopes contendo documentação, proposta e declarações devidamente formalizadas, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos, caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

18.14 - Faz parte deste Edital:



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Anexo I - Modelo da Proposta Comercial;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Modelo de Declaração de preenchimento dos requisitos da habilitação;

Anexo IV - Modelo de Credenciamento;

Anexo V - Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos;

Anexo VI - Declaração de que a proponente enquadra-se como pequena ou microempresa para os fins de cumprimento da Lei Complementar n.º 123/2006.

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Santa Rita do Pardo/MS, 15 de Junho de 2018.

MAIANY SANTOS DA SILVA Pregoeira



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM E DUPLAGEM DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE
0001	1	43141	SERVIÇO DE DUPLAGEM PNEU 12.4/24	UN	2,000
0001	2	43139	SERVIÇO DE DUPLAGEM PNEU 14.9/24	UN	2,000
0001	3	43147	SERVIÇO DE DUPLAGEM PNEU 1400/24	UN	6,000
0001	4	43138	SERVIÇO DE DUPLAGEM PNEU 18.4/30	UN	2,000
0001	5	43145	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM PNEU 1300/24	UN	6,000
0001	6	43142	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM PNEU 14.9/24	UN	6,000
0001	7	43146	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM PNEU 1400/24	UN	6,000
0001	8	43143	SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM PNEU 18.4/34	UN	6,000
0001	9	43140	SERVIÇO DUPLAGEM DE PNEU 18.4/34	UN	2,000
0001	10	43148	SERVIÇO RECAUCHUTAGEM PNEU 17.5/25	UN	10,000

LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O serviço deverá ser realizado na sede da empresa CONTRATADA, sendo a empresa responsável pela retirada e a devolução dos pneus no(s) local(ais) designado(s) pelas Gerências responsáveis.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO Estado de Mato Grosso do Sul RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

		`		_	- /		
` 		empresa) , sediada	na			. (ender	• .
Lei, que presente	preend Edital,	che plenamente do Pregão Prese cias posteriores	os req encial n.	uisitos de	habilitação	estabelecido	s no
			Local e	e Data.			
		(Assinatura e Ca	arimbo d	do Represe	entante Legal))	



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
, inscrita no CNPJ sob n.º
ato representada pelo (a) Sr. (a), residente e domiciliado na, portador da cédula de identidade RG, inscrito no CPF sob o n.º, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, residente e domiciliado na, portador da cédula de identidade RG, inscrito no CPF sob o n.º, com o fim
específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Santa Rita do Pardo/MS, no Pregão Presencial n.º 044/2018, podendo assim, retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.
Local e Data.
Outorgante (reconhecer firma)
Outorgado



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ANEXO V

DECLARAÇÃO (INCISO V - DO ART. 27 DA LEI N.º 8.666/93, ACRESCIDO PELA LEI N.º 9.854/99)

a empresa						
1. ⁰						
(a) Sr. (a) Carteira de n.ºdisposto no inciso pela Lei 9.854, de (dezoito) anos en menor de 16 (deze	Identidade , DE V do art. 27 de 27 de outu n trabalho no	n.º CLARA qu da Lei 8.66 bro de 19	 ie, sob as per 56, de 21 de ji 999, que não	nas da L unho de empreg	e do _ei, para 1993, ac Ja menor	CPF fins do crescido de 18
Ressalva: emprega ((ou não) a part	ir de quato	rze anos, na co	ndição d	e aprendiz	ː().
(local e data)		, d	e	C	le 2018.	
	Assinatura e	carimbo (r	epresentante	legal)		

Obs: em caso afirmativo, validar a ressalva acima.



CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

O signatário da presente, o senhor,
representante legalmente constituído da proponente,
declara sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal
de (microempresa ou empresa de pequeno porte) pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, sendo que:
pela Lei Complemental II.º 123, de 14 de dezembro de 2.000, sendo que.
a) a receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) e II (EPP) do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.
b) não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º, da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Local e data, de de de 2018.
(nome e assinatura do responsável legal)

Observações: Apresentar fora dos envelopes, junto com os documentos de credenciamento (Pregão Presencial).